



**UNISUL**

**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**GABRIÉLLI DO LIVRAMENTO GONÇALVES**

**CAPITÃO AMÉRICA E A ESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL DO  
PÓS-GUERRA**

Florianópolis

2020

**GABRIÉLLI DO LIVRAMENTO GONÇALVES**

**CAPITÃO AMÉRICA E A ESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL DO  
PÓS-GUERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Luciano Daudt da Rocha, Me.

Florianópolis

2020

**GABRIÉLLI DO LIVRAMENTO GONÇALVES**

**CAPITÃO AMÉRICA E A ESTRUTURAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL DO  
PÓS-GUERRA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2020.

---

Professor e orientador Luciano Daudt da Rocha, Me.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof. Reversion Nascimento Paula, Me.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Maria Adaiza Lima Gomes, Ma.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esse trabalho à minha mãe, a verdadeira Mulher Maravilha e ao meu pai, o verdadeiro Super-homem. E à todos os meus professores, minha liga de super-heróis favorita.

## AGRADECIMENTOS

É com muito carinho que eu gostaria de agradecer, primeiramente, à minha família por todo o apoio e incentivo nessa minha jornada e por sempre, com muito amor, sonharem os meus sonhos comigo. Da mesma forma, serei eternamente grata por ter tido a oportunidade de aprender com os melhores professores e amigos desde o ensino médio: agradeço ao professor Eduardo Soares, que com muito entusiasmo se dedica a formar jovens com senso crítico e despertou meu interesse pela política e os estudos sociais. À professora Emily Steiner, uma mulher forte, brilhante e inspiradora, que com suas aulas acendeu cada vez mais minha paixão pelo conhecimento científico.

Aos meus queridos professores da Unisul, também todo o carinho e admiração do mundo. Agradeço ao professor Rafael, por ter me provado com suas aulas incríveis que estudar Direito pode ser muito interessante, e por ter se mostrado sempre disposto a esclarecer qualquer dúvida e a ajudar com o que fosse preciso. Às professoras Kátia, Beatrice, Jurema e Rejane, por sempre acreditarem em mim e por terem contribuído com muito além do esperado para a minha formação.

Ao meu querido mestre e amigo professor Baltazar: agradeço por todas as oportunidades que tive no GREENS. De crescer. De publicar. De conhecer pessoas incríveis e por ter tido momentos inesquecíveis com essa família que eu escolhi passar a maior parte dos meus dias nos dois últimos anos de faculdade.

Aqui também cabe um agradecimento especial ao meu orientador e grande inspiração, professor Luciano. É uma benção que ele ministre a aula de História das Relações Internacionais logo no primeiro semestre, pois acredito que é por isso que a Unisul tem tantos alunos matriculados e formados nesse curso. Através de suas aulas, o professor Luciano consegue estimular qualquer aluno: a ser curioso, estudioso, crítico e esforçado. Eu juro que ver o brilho de felicidade nos olhos dele ao fazer o que ama, ensinar, foi o que me fez ter certeza de que estava no lugar certo. Eu não poderia escolher outro orientador que não você, Lu (famoso Lulu entre os alunos).

E por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos especiais aos melhores amigos que alguém poderia ter: Agradeço à minha amiga e colega de curso, Clara, por todo o amor e apoio ao longo dessa jornada. A Clara é a alma mais bonita que eu já encontrei, e tenho a honra de chamá-la de minha melhor amiga e de tê-la por perto todos os dias. Também agradeço ao meu melhor amigo Bruno, que nos últimos cinco anos tem estado ao meu lado, me apoiando e me incentivando. Agradeço ao Tomzinho, meu veterano e amigo de pesquisa e

fotografia, também por todo o apoio e cumplicidade de sempre. Meus amigos Brenda e André, presentes do Greens que alegravam minhas tardes. À Larissa, Lara e Manu: nem a pandemia conseguiu impedir que construíssemos uma grande e bonita amizade. E ao Andy, que insistiu para ser citado aqui como Capitão Rodolfinho, agradeço igualmente por todo o amor, apoio, incentivo, compreensão e ajuda na finalização desse trabalho.

## RESUMO

A Segunda Guerra Mundial foi um marco importante na relação entre a política estadunidense e a cultura pop. Antes de entrarem de fato na guerra, os Estados Unidos já se engajavam na utilização da cultura de massa como veículo transmissor de suas mensagens, pelo rádio, cinema e até mesmo através das narrativas das histórias em quadrinhos. No decorrer do trabalho, será discutida a capacidade de objetos de entretenimento – as histórias em quadrinhos do Capitão América – como instrumento de manipulação de massa através da cultura, e analisada a utilização desse artifício pelos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Capitão América. Histórias em quadrinhos. Soft Power.

## **ABSTRACT**

World War II was the most important milestone in the relations of American policy and the popular culture. Before they got in the war in fact, The United States of America already engaged in the use of mass culture as a message carrier by radio, movie theater, even through comic books narratives. During this monography will be discussed the capacity of the entertainment objects - the stories of Captain America – as mass culture instrument through culture and will analyze the use of this device by the United States during the second world war.

**Keywords:** World War II. Captain America. Comic Books. Soft Power.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1- primeiro uniforme do Capitão América .....	30
2- Capa do primeiro volume de CAC.....	31
3 - O surgimento do Capitão América.....	32
4 - Capa da primeira história do Capitão América .....	33
5 - Capa do segundo volume de CAC .....	34
6 - Capa de Trapped in the Nazi stronghold.....	35
7 - Trecho de Captain America and the chess-board of death.....	36
8 - Fã clube Sentinelas da Liberdade.....	37
9 - Captain America wants you .....	38
10 - Uncle Sam .....	38
11 - Capa do volume #13 de CAC.....	39
12 - CAC #15, p. 34-35 .....	40
14 - Capa do volume #77 de CAC.....	42
13 - Capa do volume #76 de CAC.....	42

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1	METODOLOGIA .....	12
<b>2</b>	<b>ESTADOS UNIDOS: DAS ORIGENS DO IMPÉRIO À CONSOLIDAÇÃO HEGEMÔNICA .....</b>	<b>13</b>
2.1	ORIGENS DO IMPÉRIO .....	13
2.2	OS ESTADOS UNIDOS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....	15
2.3	CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE NO PÓS-GUERRA .....	18
2.4	O PODER BRANDO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO.....	20
<b>3</b>	<b>CAPTAIN AMERICA COMICS (1941-1953) .....</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DO CAPITÃO AMÉRICA NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E DO PÓS-GUERRA .....</b>	<b>25</b>
4.1	UM BREVE HISTÓRICO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS .....	25
4.2	AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO INSTRUMENTO DE SOFTPOWER ..	27
4.3	CAPITÃO AMÉRICA: SENTINELA DA LIBERDADE OU IMPERIALISTA? .....	29
4.3.1	1941-1942: primeira aparição e a ameaça nazista.....	31
4.3.2	1942-1946: Pearl Harbor, os japoneses e a guerra contra o Eixo .....	39
4.3.3	1946-1954: o pós-guerra e a política de contenção à URSS.....	41
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A manutenção do poder nas relações internacionais é um tema amplamente estudado e discutido pelos cientistas políticos, historiadores e profissionais da área das R.I. Foi objeto de estudo de teóricos políticos clássicos como Maquiavel e Morgenthau, e continua presente em trabalhos mais atuais – escritores como o professor Joseph Nye e o diplomata estadunidense Henry Kissinger podem ser citados – para análise e compreensão da conjuntura do sistema internacional.

Na dinâmica do sistema internacional anárquico<sup>1</sup>, a manutenção do poder torna-se essencial não apenas para a sobrevivência dos Estados, como para o alcance de seus objetivos mais ambiciosos: um país que intenta tornar-se hegemônico – ou manter sua hegemonia – precisa desequilibrar a balança de poder ao seu favor. Partindo da premissa de que, poder é a capacidade de influenciar os outros para que estes façam o que você quer, naturalmente, os Estados veem-se diante da necessidade de investir no crescimento militar, econômico e de sua influência cultural como recurso para atingir seu objetivo final – maximizar seu poder (MARTINELLI, 2016; NYE JR, 2008).

A influência cultural como objeto de estudo nas análises da política internacional tornou-se um conceito hoje amplamente conhecido como *soft power*, termo este cunhado por Joseph Nye em seu livro de 2004 *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. O *soft power*, ou poder brando é um instrumento de poder que visa influenciar o outro por meio de atrativos sedutores, não-coercitivos e indiretos, podendo ser eles culturais ou ideológicos, que, a longo prazo, estimula nas pessoas o desejo de ser igual, vende uma ideia, um modelo.

No mundo globalizado, o *soft power* encontra um ambiente propício para seu sucesso, uma vez que este depende da capacidade de troca de informações entre os atores internacionais: livros, revistas, cinema, músicas, artes no geral, várias são as maneiras de influenciar a opinião pública. As histórias em quadrinhos (HQs), que já eram populares quando os eventos que marcaram a segunda guerra começaram, são exemplo de como elementos “inocentes” de

---

<sup>1</sup> Segundo a Teoria Realista das Relações Internacionais, o Sistema Internacional é anárquico. Para Carr (1981, p.142) a luta de forças em âmbito internacional está intimamente ligada à busca pelo poder político, de modo que no plano internacional a ausência de uma força supranacional é o elemento provocador de anarquia no Sistema Internacional.

diversão podem ser utilizados como instrumento de comunicação em massa, para transmissão de mensagens e implantação de ideias através de alegorias<sup>2</sup>.

Nos anos 30, a indústria das HQs experienciou um crescimento, com os personagens de Walt Disney que saíam das telas para as tiras de jornais e depois gibis, e com a introdução desse formato de história no gênero de aventura, apresentando ao público as figuras heroicas dos estúdios que hoje conhecemos como *Marvel Comics* e *DC Comics*, fundados em meados daquela década (MOYA, 1977).

Em 1941, no decorrer da segunda guerra mundial, alguns de nossos super-heróis mais famosos foram criados, entre eles, *Capitão América (Marvel Comics)* e *Mulher Maravilha (DC Comics)*. Ambos os personagens são figuras que carregam fortes traços de seu país natal, os Estados Unidos, e representam sua cultura e ideologia seja por meio de sua imagem – como a escolha das cores dos uniformes, vermelho, branco e azul – ou por seus valores – *Capitão América*, o sentinela da liberdade, nascido coincidentemente em 04 de julho, herói patriota que lutou contra as potências do Eixo e fez sua estreia na capa das revistas dando um soco na figura de Adolf Hitler, e *Mulher Maravilha*, Princesa Diana, amazona enviada ao mundo dos mortais para propagar a paz, a liberdade e a justiça.

Diante do que foi supracitado, este trabalho propõe-se a responder a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a contribuição das histórias em quadrinhos do *Capitão América* para a estruturação da ordem internacional do pós-guerra e a consolidação da hegemonia estadunidense? Para isso, tem como objetivo geral entender de que forma as histórias em quadrinhos do *Capitão América* publicadas durante a Segunda Guerra Mundial contribuíram para a estruturação da ordem internacional do pós-guerra e a consolidação da hegemonia estadunidense. Quanto aos objetivos específicos, tem como foco (1) debater o papel dos estados unidos na reestruturação da ordem internacional em consequência da segunda guerra, (2) identificar as narrativas presentes nas publicações das histórias em quadrinhos do *Captain America Comics* publicadas entre 1941 e 1954 (3) debater a contribuição das histórias em quadrinhos do *Capitão América* publicadas durante a segunda guerra mundial para a estruturação da ordem internacional do pós guerra e a consolidação da hegemonia estadunidense.

---

<sup>2</sup> A alegoria é uma forma retórica em que uma narrativa superficial divertida é usada para mascarar uma forte mensagem ideológica (MILFORD, 2017).

## 1.1 METODOLOGIA

- a) Caracterização da pesquisa: essa pesquisa é de natureza básica, pois visa a produção de conhecimento para melhoria de teorias científicas. A abordagem dos objetivos é explicativa, visto que, além de buscar fazer uma descrição dos fenômenos supracitados, objetiva trazer um debate que correlaciona os temas; o tratamento dos dados é de caracterização qualitativa;
- b) Procedimental: a pesquisa bibliográfica será realizada com base em autores e autoras clássicos da teoria das relações internacionais e da política internacional; para compor o debate teórico serão utilizados os livros e artigos mais citados nas bases de dados internacionais sobre a Segunda Guerra Mundial e a participação dos Estados Unidos nos eventos; Além disso, as revistas de histórias em quadrinhos da série Captain America Comics serão analisadas como documentos a fim de exemplificar as questões levantadas e fazer correlações entre os temas.

## 2 ESTADOS UNIDOS: DAS ORIGENS DO IMPÉRIO À CONSOLIDAÇÃO HEGEMÔNICA

### 2.1 ORIGENS DO IMPÉRIO

A noção de império é frequentemente utilizada por autores das relações internacionais de diferentes correntes teóricas para assinalar o mesmo: o estabelecimento de uma determinada ordem internacional sob dominação de uma potência. A lógica de poder no sistema de Estados clássico deu origem a dois padrões persistentes: primeiro, de equilíbrio de poder e, segundo, de desigualdade e hierarquia. Considerando, portanto, essa assimetria nas relações interestatais, o imperialismo refere-se às relações entre nações inerentemente desiguais que envolvem subjugação efetiva, o exercício real da influência sobre o comportamento (COHEN, 1976; GARCIA, 2010; HURRELL, 2005).

Em seu livro intitulado *a política externa norte-americana e seus teóricos*, Perry Anderson (2015) nos apresenta a noção de que, o império dos EUA que passou a existir depois de 1945 tem uma longa pré-história, que se inicia em conjunto com a própria nação. Para ele, as características de uma economia de colonização livre de resíduos ou impedimentos feudais do Velho Mundo e um território continental protegido por dois oceanos ocasionaram a mais pura forma de capitalismo nascente. Tais características, aliadas à dois potentes legados subjetivos – a ideia de uma nação abençoada pelo privilégio divino e a crença na constituição de uma república dotada dos princípios de liberdade – deram forma ao nacionalismo estadunidense que propiciaria uma passagem suave e contínua ao imperialismo.

Henry Kissinger (2015) também explica a relação entre identidade nacional dos EUA e sua concepção de ordem mundial. De acordo com o autor, os colonos puritanos do século XVII se propunham a recuperar o plano de Deus com uma “missão na natureza selvagem”, onde, convencidos da justiça de seus princípios construiriam uma “cidade no alto da colina” que serviria de inspiração ao mundo pela força de seu exemplo. O objetivo que viria a desenhar a política externa estadunidense seria, portanto, o cultivo de princípios compartilhados – a disseminação dos princípios democráticos.

Nessa mesma linha, Pecequillo (2013) contribui para a discussão também atribuindo os fundamentos para a estrutura política e para o pensamento estratégico do país às origens da República no século XVIII. A autora corrobora com os autores supracitados ao argumentar que, o primeiro componente do funcionamento do sistema estadunidense é o sentimento de

excepcionalismo – a crença em uma nação que se diferencia das demais e que estaria destinada à governar o mundo.

A fim de consolidar este modo de vida, os Estados Unidos ocupam um lugar especial no mundo, ao qual se atrela uma tarefa: a promoção deste exemplo inicialmente por meios retóricos e depois práticos. Os meios retóricos referem-se à premissa do “ensinar pelo exemplo” e à imagem do “farol da humanidade” e da “cidade na colina”, ao lado da expressão alianças não permanentes. Para estas visões, a perspectiva é de que a expansão da democracia internacionalmente encontra-se associada à consolidação da nação. No século XVIII, essa avaliação respondia a uma realidade concreta de fragilidade de um país recém-independente que precisa se fortalecer e se preservar de ameaças (PECEQUILO, 2013, p. 3).

Em um primeiro momento, portanto, Pecequilo (2013) argumenta que a crença na excepcionalidade aliada à realidade concreta de um país recém-independente levou o país à adotar duas correntes táticas para o exercício de poder nacional: o isolacionismo - que pressupõe um distanciamento do mundo degradado a fim de preservar suas virtudes únicas – e o internacionalismo unilateral – que permitiria ao país uma maior margem de manobra e liberdade nas relações internacionais, guiando-se somente pelo seus interesses nacionais. Essa agenda ficou conhecida como “Tradição de Washington”, primeiro presidente dos Estados Unidos. Anders Stephanson (1996) descreve a alternância entre esses dois polos como “separação” e “intervenção regenerativa”.

Retomando a narrativa de Anderson (2015), a ideia dos fundadores de que o ‘sonho americano’, o modelo de vida ideal, fosse difundido para além dos limites nacionais, ganharia força no século XIX com o fortalecimento das bases de poder nacional. A ideia do “destino manifesto” atrelava então a política externa à um sentido de missão para com as nações do mundo, a fim de disseminar e universalizar os princípios liberais e democráticos, usada para justificar a expansão de suas fronteiras nos anos que se seguiram. A anexação da metade da superfície do México era então legitimada por tal discurso, assim como sua presença no Pacífico, que levaria o livre-comércio e o cristianismo à Ásia. Dessa forma, as colônias do Pacífico e do Caribe, a tomada do Panamá e do Havaí, o massacre nas Filipinas, eram vistas como parte do compromisso messiânico dos EUA para resgatar o mundo. Tal discurso seria perpetuado por cada uma das lideranças políticas que se seguiriam, evidenciando a motivação – embasada no mito nacional - em transformar o país em uma superpotência que governaria o Mundo, a estrela-guia entre as Nações.

Essa prioridade iria se substanciar no Idealismo Wilsoniano (Wilsonianismo) com o fim da Primeira Guerra Mundial, representando um grande salto qualitativo nas relações

internacionais dos Estados Unidos. Segundo Pecequillo (2013) a agenda elaborada pelo presidente Woodrow Wilson atribuía aos EUA um papel de relevância no mundo, visando a construção de uma ordem internacional estável que seria baseada em três princípios: democracia, segurança coletiva e a autodeterminação dos povos. A visão de Wilson era de que regimes democráticos tendem a ser mais pacíficos e a cooperar entre si, o que favorece a paz por meio de valores compartilhados. Tal cooperação deveria ocorrer através de estruturas permanentes de contato entre Estados, as organizações internacionais multilaterais: o presidente então propôs a Liga das Nações, uma coalisão entre todos os Estados para a segurança coletiva. Por fim, a autodeterminação dos povos visava permitir que grupos sociais de comum identidade cultural, étnica e religiosa pudessem reivindicar soberania, o direito de autogoverno.

Ainda segundo a autora, a visão Wilsoniana representava uma quebra de paradigmas ao prever uma participação ativa e permanente do país nos assuntos internacionais, que difere da posição de unilateralismo adotada até então pela Tradição de Washington. A assunção de tal responsabilidade internacional promoveria os EUA ao posto de hegemonia que tanto perseguiram, não fosse pela falta de apoio das forças internas que impeliu o país a retirar-se da Liga das Nações e as consequências da Grande Depressão de 1929, que acentuaram o isolamento e a tendência ao unilateralismo novamente.

Tanto Anderson (2015), quanto Pecequillo (2013) e Kissinger (2015) argumentam que, apesar do evidente desejo de estabelecer-se como um império durante toda a sua história, foi apenas após os eventos da Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos conseguiram, a partir de uma base sólida de recursos materiais e ideológicos – superioridade militar, preponderância econômica e supremacia política - tornar-se, inquestionavelmente, a potência hegemônica do sistema-mundo, período que ficou conhecido como o “Século Americano”.

## 2.2 OS ESTADOS UNIDOS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Segundo Pereira (2010) ao final dos anos 30, os Estados Unidos exerciam forte influência política e econômica na bacia do Pacífico e na Ásia Oriental, e mesmo não participando diretamente da primeira parte dos conflitos na Segunda Guerra, seus interesses comerciais na região conduziu-os à uma rivalidade com o Japão pautada em um conflito de interesses imperialistas, visto que, esse segundo apresentava-se como competidor pela região ao se engajar em uma expansão territorial pelo local. A hegemonia do controle de mercados e territórios influenciados pelas duas nações estavam agora em jogo, em uma espécie de impasse

diplomático, e, com os confrontos na Europa rumando para uma guerra, os japoneses apostaram num ataque aos Estados Unidos: o ataque à Pearl Harbor em 1941.

Em janeiro de 1941, Franklin D. Roosevelt é eleito enquanto a guerra já acontecia no continente europeu, e – meses antes dos acontecimentos que marcaram a entrada dos EUA no conflito – reforça a ideia da ‘nação salvadora’ em trecho do discurso inaugural:

O destino da América foi proclamado em palavras de profecia proferidas por nosso primeiro presidente em sua primeira posse em 1789 - palavras quase dirigidas, ao que parece, a este ano de 1941: “A preservação do fogo sagrado da liberdade e o destino do modelo republicano de governo são justamente considerados...profundamente...finalmente, apostados na experiência confiada às mãos do povo americano”.

Ainda no mesmo discurso, Roosevelt clama pela união do povo americano em um esforço para “salvar a nação e suas instituições da ruptura de fora”, visto que, em meio aos acontecimentos rápidos fazia-se necessário uma pausa para, em suas palavras “recordar qual foi o nosso lugar na história e redescobrir o que somos e o que podemos ser”, fortalecendo o sentimento nacionalista norte-americano construído sob o mito nacional.

Nos dois primeiros anos de guerra – enquanto o conflito se acentuava – os Estados Unidos, ainda não beligerantes, se engajaram em uma série de medidas de cooperação com a China e os países aliados, que acabaria por determinar o curso de sua relação com as potências do Eixo.

Em novembro de 1939, a Lei de Neutralidade norte-americana foi alterada para permitir compras de armas pelo chamado cash and carry por parte dos aliados (França e Inglaterra). Em 1940, após a captura alemã de Paris, o tamanho da Marinha norte-americana aumentou significativamente e, depois da incursão japonesa na Indochina, o país embargou ferro, aço e peças mecânicas contra o Japão. Em setembro, os Estados Unidos concordaram ainda em comerciar destróieres estadunidenses para bases britânicas. Ainda assim, a maioria do público norte-americano continuava a se opor a qualquer intervenção militar direta no conflito (COGGIOLA, 2015).

Foi então que no dia 7 de dezembro de 1941, “uma data que viverá na infâmia” as forças navais e aéreas japonesas realizaram um ataque “repentino e deliberado” contra as instalações navais americanas em Pearl Harbor, levando o presidente Roosevelt a solicitar ao Congresso que um estado de guerra fosse declarado entre os Estados Unidos e o Império do Japão, no dia seguinte.

Os fatos de ontem e de hoje falam por si. O povo dos Estados Unidos já formou suas opiniões e compreende bem as implicações para a própria vida e segurança de nossa nação. Como Comandante em Chefe do Exército e da Marinha, ordenei que todas as medidas sejam tomadas para nossa defesa. Mas

sempre toda a nossa nação se lembrará do caráter da investida contra nós. Não importa quanto tempo demore para superar essa invasão premeditada, o povo americano em sua força justa vencerá até a vitória absoluta. Creio interpretar a vontade do Congresso e do povo quando afirmo que não só nos defenderemos ao máximo, mas faremos com que tenha a certeza de que esta forma de traição nunca mais nos colocará em perigo. Existem hostilidades. Não há como piscar para o fato de que nosso povo, nosso território e nossos interesses estão em grave perigo. Com confiança em nossas forças armadas com a determinação ilimitada de nosso povo, obteremos o triunfo inevitável para que nos ajude a Deus. Peço que o Congresso declare que desde o ataque não provocado e covarde do Japão no domingo, 7 de dezembro de 1941, existe um estado de guerra entre os Estados Unidos e o Império Japonês (ROOSEVELT, 1941b).

Em 11 de dezembro, a Alemanha nazista e a Itália declaram guerra aos EUA em apoio ao Japão, esperando que em um ato de reciprocidade os japoneses entrassem em guerra com a União Soviética – o que não aconteceu. Ao final de 1941, portanto, os Estados Unidos estavam oficialmente em guerra contra todo o Eixo – tornando-se imediatamente aliado da Inglaterra, da URSS e do que restava da França. Uma união de forças em princípio irreconciliáveis, com o capitalismo inglês e estadunidense de um lado, e o stalinismo soviético, de outro, era assegurada então pela primazia de um inimigo comum (COGGIOLA, 2015; MUNHOZ, 2018).

Segundo Vasconcelos e Mansani (2013), outro fator importante que marcou a preponderância dos Estados Unidos no sistema internacional foi a Conferência de Yalta, cujo maior significado implícito foi a divisão das “esferas de influência”. Ainda em 1945, Roosevelt, Stálin e Churchill reuniram-se na cidade de Yalta para discutir questões de reorganização do pós-guerra que viriam a determinar o status quo da segunda metade do século XX, representado por uma “partilha” de zonas de influência entre os dois blocos antagônicos – o leste europeu à URSS e o restante do mundo aos EUA – evento considerado o ápice da cooperação entre os norte-americanos e os soviéticos, e que marcou o declínio da Grã-Bretanha como potência.

Retomando a narrativa de Arrighi (1996), ao fim da guerra a visão de Roosevelt era de que a segurança do mundo deveria ser fundamentada no poder estadunidense - exercido através de sistemas internacionais – dando forma à Organização das Nações Unidas (ONU). Essa organização constituída sob o apelo ao desejo universal de paz e da independência e progresso das nações pobres teria implicações políticas revolucionárias, institucionalizando pela primeira vez na história algo mais próximo de um governo mundial, guiado abertamente pelas ideias políticas do Estados Unidos. Da mesma forma, a disposição em aceitar como membros do sistema internacional novas comunidades nacionais constituídas com base no direito à autodeterminação dos povos também foi um correlato significativo da hegemonia estadunidense.

Arrighi (1996) aponta que a Segunda Guerra Mundial funcionou como “uma poderosa correia de transmissão para a revolução social, que, durante e depois da guerra, espalhou-se por todo o mundo não ocidental, sob a forma de movimentos nacionalistas de libertação”. O que restava da ordem mundial do século XIX foi então eliminado com o impacto da guerra e da revolução, e a sociedade mundial encontrava-se agora novamente num estado de caos sistêmico, até que uma ideia enraizou-se na mente dos funcionários do governo estadunidense: a ideia de que a única possibilidade de garantia contra o caos seguido de revoluções seria uma nova ordem mundial. Como veremos, esta se consolidou nos anos seguintes, durante a Guerra Fria.

### 2.3 CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE NO PÓS-GUERRA

De acordo com Arrighi (1996) em momentos de caos sistêmico, em que as regras e normas antes estabelecidas encontram-se fragilizadas ou até mesmo rompidas, verifica-se a consolidação de uma liderança hegemônica. Tal liderança será determinada (1) pela nação mais rica, (2) com um poder militar superior e ainda, (3) dotada do poder associado à dominação ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral, tendo em vista que o poder manifesta-se pela combinação de domínio e direção – como será discutido no próximo tópico.

Quanto ao primeiro ponto levantado, Vasconcelos e Mansani (2013) argumentam que, ao sair da Segunda Guerra com poucas perdas humanas e praticamente nenhuma destruição material, além de ter expandido seu parque industrial e absorvido uma enorme massa de desempregados dos anos 30, os Estados Unidos emergiram no cenário pós-guerra com uma exuberância econômica de quase dois terços da riqueza mundial. Tais condições somaram grande relevância para a construção da hegemonia estadunidense visto que, com os aliados debilitados e os inimigos em piores condições, a economia do país tornou-se imprescindível para o renascimento do capitalismo.

A preponderância do poder bélico do Estado no pós-guerra, por sua vez, ficou clara com sua anunciação encenada sobre Hiroshima e Nagasaki, quando as armas nucleares estadunidenses mostraram do que eram capazes no Japão. O fim da Segunda Guerra Mundial também renovou as discrepâncias ideológicas entre as duas maiores potências econômicas e militares do planeta - a união entre as rivais promovida pela luta contra as forças do Eixo não era mais necessária agora, com o inimigo vencido. Na primavera de 1946, Truman engajou-se numa batalha em defesa das nações livres por todo o mundo, reforçando mais uma vez a imagem dos Estados Unidos como os defensores da democracia e da liberdade, consolidando assim a narrativa de sua superioridade intelectual e moral (ANDERSON, 2015).

O “unimundismo” de Roosevelt, portanto, logo se transformaria no “livre-mundismo” da Doutrina Truman. Segundo Arrighi (1996) a ideia que incluía a União Soviética entre as nações pobres do mundo a serem incorporadas à progressiva Pax Americana em prol do bem de todos fora afastada pelo realismo reformista de Truman, reduzindo-se ao projeto político que culminaria na ordem mundial da Guerra Fria: a contenção do poderio soviético, a institucionalização do controle estadunidense do dinheiro mundial e a supremacia militar global dos Estados Unidos como instrumentos principais garantidores de sua hegemonia. Quatro dias após a rendição alemã, Truman cancelou o acordo militar com os soviéticos, com o rótulo ideológico de “contenção”, alertando a população sobre os perigos do Comunismo e da subversão. A peça central da ideologia imperial estadunidense se traduziria portanto em “segurança”.

Há uma ampla gama de correntes analíticas sobre o conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética durante a Guerra Fria, muito bem revisada por Munhoz (2004). Apesar da discordância entre os estudiosos nesse debate, para o autor, a União Soviética não representava uma ameaça militar à Europa – apesar da existência de tendências expansionistas em sua política externa, o país estava arrasado e focado na auto reconstrução – ao invés disso, a principal ameaça soviética provinha da sedução ideológica, explorando o prestígio político adquirido em decorrência do seu papel na derrota das forças do Eixo. Sendo assim, o conflito não se deu porque os soviéticos ameaçavam a Europa ocidental, como acreditam alguns historiadores, tampouco a postura da União Soviética era mera defensiva, como defendem outros autores: a intensificação dos conflitos se deveu à tentativa dos EUA de consolidar sua hegemonia global, impondo recuos à influência soviética na Europa.

De fato, a morte do presidente Roosevelt e a posse de seu sucessor Truman acelerou o enfrentamento entre os dois países, tendo em vista as mudanças na direção da política externa dos Estados Unidos após essa transição. A nova postura do Estado levou os soviéticos à suspeitarem que as democracias ocidentais pretendiam eliminar a sua influência no Leste Europeu, e, apesar da tentativa de negociação diplomática por parte da URSS, a tensão cresceu exponencialmente na região. Para dar exemplos elucidativos à este argumento, Munhoz (2004) cita a crise sobre o controle de Dardanelos em 1946 e a intensificação da guerra civil na China no mesmo ano, o anúncio da Doutrina Truman em 1947, a criação do Plano Marshall, o Tratado Interamericano de Mútua Proteção firmado em 1948 no Rio de Janeiro – e por outro lado a criação da organização dos partidos comunistas, a Cominform, a criação da OEA (Organização dos Estados Americanos) e da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), além das disputas nucleares entre as duas potências e a Guerra da Coreia.

O Plano Marshall, denunciado pelos soviéticos como “um ardil estadunidense para subordinar economicamente a Europa” (MUNHOZ, 2004) foi divulgado como um programa de auxílio para a reconstrução, recuperação e estabilização da Europa, um programa coordenado que se desenvolveria por iniciativa da Europa em si. Os países da Europa ocidental poderiam então pegar empréstimos à juros baixos, e, em contrapartida à aceitação do Plano, deveriam abrir suas economias aos investimentos estadunidenses. É necessário ressaltar, entretanto, que tal auxílio para a reconstrução econômica da Europa não foi resultado de mero ato de benevolência: com uma capacidade de produção elevada e o mercado interno saturado, os Estados Unidos agora dependiam de trocas internacionais com os mercados externos (ROBERTS, 1994; SIMON, 2010).

Além disso, Anderson (2002) nos lembra que, se os EUA pretendiam tornar o mundo seguro para o capitalismo, conter a União Soviética e impedir o avanço da revolução para além de suas fronteiras deveria ser uma prioridade; nesse sentido, a elaboração e execução de um plano de ação que viabilizasse tanto a manutenção da economia interna quanto o fortalecimento de alianças no contexto da Guerra Fria era indispensável. Por fim, Warner e Combat (2007) reafirmam a importância do Plano Marshall para os Estados Unidos uma vez que assinalou o declínio da ordem internacional eurocêntrica, definindo então uma nova configuração centrada na hegemonia estadunidense sustentada pela ideologia do livre mercado e pela defesa dos valores do “american way of life”, transformando o capitalismo mundial como um todo.

Como aponta Arrighi (1996) em sua análise sobre as três hegemonias do capitalismo histórico, os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos, primeiramente, por conduzir o sistema interestatal à restauração dos princípios de Vestfália, e posteriormente, por sua capacidade de governar e reformular o sistema reestabelecido. Tal capacidade de reformulação sistêmica só foi possível, entretanto, pela percepção da universalidade dos interesses nacionais do estado hegemônico difundida entre governantes e cidadãos do sistema, ou seja, a aceitação da legitimidade e superioridade dos princípios e as capacidades do modelo norte-americano por parte da sociedade internacional, que pôde ser difundida através do que chamamos de *soft power*.

## 2.4 O PODER BRANDO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Como discute Galdioli (2008) as mudanças no cenário internacional ao longo dos séculos propiciaram a emergência e a decadência de diferentes ordens mundiais, resultados de sucessos ou fracassos dos atores em busca de poder. Da mesma forma, o poder em si também

consiste em uma natureza de mudança: as ideias acerca do conceito de poder, que tradicionalmente relacionavam sua fonte à capacidade bélica de um Estado, aos poucos foram adquirindo novos contornos, não se restringindo mais à esfera militar.

Ao discutir a definição de Poder, Norberto Bobbio (1998) delineou a diferença entre o significado generalizado da palavra e o seu entendimento no sentido especificamente social. Em contraste com o que autores como Hobbes e Gumpowicz defendiam - o poder como algo que se possui, como um objeto ou uma substância - para o autor, este designa a capacidade ou a possibilidade de produzir efeitos; o Poder social não é uma coisa ou a sua posse, e sim uma relação entre pessoas. Consiste na capacidade de um indivíduo ou grupo que o exerce em determinar o comportamento de outro indivíduo ou grupo.

Nesse sentido, o professor e cientista político Joseph Nye desenvolveu em sua *Bound to Lead*, publicada em 1990, o conceito de *soft power*, ou ‘poder brando’. O poder brando é um instrumento de poder não coercitivo, que, embora uma poderosa fonte de influência, não pode ser tratado apenas como tal, tampouco deve ser considerado mero poder de persuasão; as palavras-chave para entender este conceito são: sedução e atração. Enquanto o *Hard Power* é utilizado com a finalidade de coagir os outros a fazer o que você quer através de poder bélico e armas econômicas, o *soft power* age de forma a moldar as preferências dos outros através da inspiração, seja por seus valores, cultura, nível de prosperidade ou instituições atrativas (NYE JR, 2008).

A capacidade de estabelecer preferências tende a estar associada a ativos intangíveis, como uma personalidade, cultura, valores políticos e instituições atraentes e políticas que são vistas como legítimas ou com autoridade moral. Se eu conseguir que você queira fazer o que Eu quero, então eu não tenho que te forçar a fazer o que você não quer (NYE JR, 2008, p. 95).

De acordo com Kissinger (2015), o sucesso desse artifício depende da aceitação pelos demais da legitimidade de tais políticas e valores, e, para tanto, estas políticas devem ser desenvolvidas de tal forma que respeite tanto a diversidade da condição humana, como o arraigado impulso humano de buscar liberdade: nesse sentido, a ordem deve ser cultivada, não imposta, e precisa ser aceita como justa pelos governos e por seus cidadãos.

Ainda discutindo poder e legitimidade, Comparato (2000) reforça a ideia de Kissinger ao afirmar que, o exercício estável do poder social em qualquer de suas modalidades — seja política, econômica, religiosa ou intelectual — depende necessariamente de sua aceitação voluntária por parte das pessoas sobre as quais ele se exerce, ou seja, mesmo que um grupo

disponha dos recursos de poder, a relação de poder ainda é bilateral (salvo em casos de coerção irresistível): dessa forma, a obediência ou a aceitação é uma manifestação da vontade, e é por essa razão que os detentores de poder se esforçam para obter a submissão voluntária e pacífica, buscando o reconhecimento social de sua legitimidade.

Nessa mesma linha, podemos resgatar o conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci para nos ajudar a entender a conformação das disputas de poder na contemporaneidade. Para ele, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou de um bloco de classes sobre as outras, sendo assim, não deve ser vista apenas como uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções e normas morais, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (DE MORAES, 2010).

Historicamente, a cultura, os valores e as políticas dos Estados Unidos tem sido atrativas para o restante do mundo, garantindo ao país um reservatório de poder tão grande a ponto de poder ser utilizado para atingir seus objetivos sem precisar recorrer à meios de coerção. Todavia, o processo de influência depende de 3 fatores: a fonte da mensagem, o conteúdo da mensagem e o índice de receptividade dos “alvos”. Em suma, somente quando existe um mercado de ideias em funcionamento, quando um mensageiro e uma mensagem são credíveis, e quando atitudes individuais podem moldar a política internacional, a aplicação do soft power tem uma chance razoável de sucesso (KROENIG; MCADAM; WEBE, 2010).

### 3 CAPTAIN AMERICA COMICS (1941-1953)

Como bem exemplifica Souza (2009) os mitos nacionais são a forma moderna para a produção do sentimento de “solidariedade coletiva” e de pertencimento à uma unidade, sendo eles, portanto, elementos fundamentais para entendermos – e abraçarmos - a ideia de nação. Tendo isso em mente, Melo (2018) concluiu que as histórias em quadrinhos de heróis em muito se assemelham às narrativas nacionais, visto que, tal qual os quadrinhos, a narrativa de uma nação é constituída por episódios regulares que constituem uma contínua mudança na linha histórica, porém mantendo certos princípios fundamentais intactos.

Ainda segundo o autor, podemos observar dentro desse gênero de HQs de super-heróis um grupo que apresenta similaridade ainda mais escancarada com as narrativas nacionais, os “heróis nacionalistas”, dos quais podemos destacar o *Capitão América* como o maior representante na narrativa nacional estadunidense, pois, ainda que não tenha sido o primeiro personagem nacionalista criado para as *comic books*, é certamente o mais elaborado e bem sucedido.

O personagem selecionado para análise foi o *Capitão América*, que, nas palavras de Stan Lee, ex editor-chefe e presidente da *Marvel Comics* “representa os melhores aspectos da América, coragem e honestidade”. No contexto da Segunda Guerra Mundial, o primeiro quadrinho, lançado como *Captain America Comics #1* apresenta Steve Rogers, um jovem magro e frágil que se voluntaria para um experimento de criação de super soldados, durante o qual, através de um soro desenvolvido pelo Dr. Josef Reinstein ganha poderes e habilidades sobre-humanas, levando-o à adotar a identidade secreta de Capitão América. As características patriotas do personagem se revelam ainda na primeira revista, assim como os traços da narrativa nacionalista: o uniforme vermelho, branco e azul e o codinome Capitão América clarificam o país de origem do herói; A escolha do escudo como instrumento de guerra reflete a narrativa estadunidense de “guerra defensiva”; Os apelidos “sentinela da liberdade” e “defensor da democracia” refletem a identidade nacional que os Estados Unidos criam para si: os defensores da liberdade e da democracia em meio à um mundo caótico e corrompido.

Para os fins deste trabalho, foi selecionada a série de quadrinhos *Captain America Comics*, composta por 76 revistas publicadas no período entre 1941 a 1954. A fim de servir como guia para a análise, foi feita uma planilha, dividida nas seguintes colunas: número do volume; Título; Data de publicação; Principal inimigo representado; Resumo da história; Contexto da época; Elementos gráficos; Análise.

Feito isso, as narrativas identificadas foram:

- a. Apresentação do herói, criação do símbolo estadunidense e a representação dos nazistas;
- b. A entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra, o ataque japonês à Pearl Harbor e a ameaça das forças do Eixo;
- c. A tentativa anti-comunista;

## 4 AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DO CAPITÃO AMÉRICA NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E DO PÓS-GUERRA

### 4.1 UM BREVE HISTÓRICO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

A evolução das histórias em quadrinhos tem uma longa pré-história, que remete à artistas e ilustradores como o escritor suíço de sucesso Rudolph Topffer (1799-1846), o francês Georges Colomb (1856-1945) e o alemão Wilhelm Bush (1832-1908). Combinando suas habilidades de desenhista ao bom humor, eles deixaram suas contribuições para o que viria a se tornar os *comics* e ficaram marcados como os precursores dos quadrinhos como conhecemos hoje (RAHDE, 1996)

No entanto, nas pesquisas sobre HQs convencionou-se adotar como marco inicial de origem a data de 1895. Foi em maio deste ano que Richard F. Outcault desenhou duas charges no jornal *New York World*, dos Estados Unidos, lançando o que é considerada a primeira história em quadrinhos continuada com personagem semanal, *Hogan's Alley*. As charges apresentavam um menino pobre da periferia, de cabeça e orelhas grandes que usava um camisolão amarelo sujo – daí ficou conhecido pelo público como *O Menino Amarelo (Yellow Kid)*. Em 1896, Joseph Pulitzer, dono do Jornal *New York World*, perde Outcault e toda sua redação para o *New York Journal*, do concorrente Willian R. Hearst. A disputa consolidou as HQs como o maior meio impresso de comunicação de massa quando os editores perceberam que o público preferia os textos com imagens e a procura por novos desenhistas foi alta. Trabalhando para o *Journal*, Outcault manteve o garoto amarelo nas páginas de jornais, dessa vez adotando o nome popular entre o público *Yellow Kid* e usando desenhos progressivos e balões na narrativa, sintetizando o que os outros artistas fizeram no passado e dando assim nascimento aos *comics*. Infelizmente, as críticas e ataques de grupos conservadores ao seu trabalho que retratava problemas sociais levaram Outcault a abandonar Hearst e o Menino. O artista passou a trabalhar então em outros projetos, dentre os mais famosos *Buster Brown (Chiquinho, no Brasil)*, deixando para a posteridade um legado de outros personagens diversos: negros, índios, pobres, ricos, amarelos, azuis e vermelhos (MOYA, 1993).

Foi apenas na década de 1930 que os quadrinhos consolidaram-se na forma do tradicional *comic book*: o grande ilustrador Harold Foster desenhou em tiras o romance *Tarzan* (1929) transformando a indústria das HQs, juntamente com Buck Rogers, de crianças travessas e famílias para o gênero de aventura - nasciam os chamados *hero pulps*. Entre os anos de 1929 e 1934 os *comics* dos jornais mudaram portanto em tom e estilo, utilizando a fórmula de

aventura retratada dinamicamente para conquistar o público jovem e homens da classe trabalhadora, com contos de heroísmo extravagante e proezas físicas: *Dick Tracy* de Chester Gould apareceu nas páginas em 1931, *Flash Gordon* de Alex Raymond e *Terry e os Piratas* de Milton Caniff em 193, influenciando diretamente as revistas em quadrinhos de super-heróis que seriam publicadas no final da década (HAJDU, 2008; MOYA, 1993).

A chamada ‘Era de Ouro’ das *comic books* começa no ano de 1938, com a criação do *Superman (super-homem)*. O personagem é considerado um marco pois contava com elementos que se tornariam essenciais para a definição posterior de super-herói: missão, habilidades especiais, fantasia e uma identidade secreta. Para além das características estereotipadas citadas, uma outra definição do que é de fato um super-herói pode ser trazida, como Richard Reynolds (1992) escreveu em *Super Heroes: A Modern Mythology*:

Os super-heróis, em geral, não são defensores da lei literal; eles não são agentes de execução da lei contratados pelo estado. O conjunto de valores que tradicionalmente defendem é resumido pela etiqueta do Superman de ‘Verdade, Justiça e o American Way’. Por vezes o último termo tem sido interpretado em um sentido estritamente nacionalista ... mas com muito mais frequência o terceiro termo tem representado os ideais consagrados na Constituição dos Estados Unidos. Super-heróis têm sido melhores americanos – como os pais fundadores teriam entendido o termo – do que a maioria dos líderes políticos americanos modernos (p. 74).

Em 1939, outro gigante seguiu-se do sucesso de *Superman*, quando Bob Kane criou o *Batman (homem-morcego)* também desencadeando outra série de super-heróis que consolidaram o gênero em formação. A grande receptividade desses personagens pode ser explicada pelo contexto sociocultural da população durante a década de 30, e a identificação dos leitores para com as narrativas, que apesar da fantasia enfatizavam a relação com o cotidiano. Nesse contexto, o *Capitão América* (1941) nasceu de um esforço dos quadrinhos em prol dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, tornando-se referência na demonstração do patriotismo e no resgate do mito nacional estadunidense de liberdade e democracia (CERENCIO, 2011; MOYA, 1993).

Observa-se portanto que as histórias em quadrinhos como conhecemos hoje tiveram sua origem nos jornais estadunidenses do século passado, contando com personagens constantes, sequência narrativa de imagens e balões de texto. As obras resultantes da junção de imagem e texto podem ser classificadas como veículo de comunicação de massa ou método de comunicação, de tal forma que, os *comics* ultrapassaram o espaço do divertimento para, a partir daí, influenciar os leitores em esferas psicológicas e sociais, por ser uma forma de literatura alternativa. Nasceu uma literatura de comunicação visual que conquistou seu papel na mídia e

um lugar no contexto cultural, perdurando como ponto universal de interesse através da comunicação social (RAHDE, 1996).

#### 4.2 AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO INSTRUMENTO DE SOFTPOWER

Como aponta a professora de comunicações e artes da Universidade de São Paulo, Fadul (1994) é muito importante discutir o fenômeno da manipulação na relação público-entretenimento, e para isso, é preciso analisar os conceitos ‘indústria cultural’ e ‘manipulação de massa’ a partir de uma perspectiva histórica.

O conceito de indústria cultural foi introduzido pela primeira vez na obra *Dialética do Iluminismo* (1947) por dois professores judeus do *Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt*, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, que, fugindo do nazismo em 1933 emigraram para os Estados Unidos. Os cientistas perceberam que, através de uma competente propaganda política de comunicação o Ministro da Propaganda do governo nazista apostou no aperfeiçoamento do uso do rádio e do cinema, consciente de sua eficácia para a mobilização de massas, como a “voz do Führer”. Por outro lado, então inseridos na realidade estadunidense da era dos meios de comunicação de massa os autores anunciaram a “decadência cultural do Ocidente” visto que a cultura da sociedade trazia uma série de elementos completamente desconhecidos na Alemanha no mesmo período.

A partir das ideias desse livro definiu-se uma indústria de mercadorias com grande valor simbólico, uma indústria capaz de realizar uma verdadeira manipulação de consciências através da produção em grande escala, do benefício do baixo custo (benefício da economia de escala) e da padronização. É comum, portanto, designar os autores como pertencentes à Escola de Frankfurt devido à sua coerência teórica entre aqueles que denunciavam a sociedade de massa, como a suprema forma de totalitarismo e de perversão da cultura. Retomando o estudo de Adorno e Horkheimer, podemos entender por que é fácil identificar o nazismo como uma forma autoritária de governo mas não é possível identificar a sociedade estadunidense como uma sociedade totalitária, porque não existe a consciência de dominação ou porque a dominação é agradável, entretanto, como acreditava o também filósofo alemão Herbert Marcuse, a sociedade de massa contemporânea é uma nova forma de totalitarismo, só que muito mais perigosa, porque este totalitarismo não é percebido como tal (FADUL, 1994).

Tendo isso em vista e agora analisando o potencial dos quadrinhos como veículo de manipulação de massas, podemos citar como exemplo bem sucedido o *comic book* intitulado *The Life of Franklin D. Roosevelt: 32nd President of the United States of America*, uma

produção do *United States Office of War Information* – OWI (Escritório de Informações de Guerra dos Estados Unidos) lançada em 1943 e considerada uma propaganda inteligente, ainda que – e aqui eu abro um parênteses para adicionar a minha opinião de que é principalmente por que – direcionada para os países estrangeiros. Os trabalhadores da organização registraram meticulosamente as reações aos quadrinhos nas dezenas de países para os quais foram enviadas cópias traduzidas, e reportaram com orgulho a recepção positiva e a grande demanda do público por publicações similares (GOODNOW e KIMBLE, 2017).

A partir de 1942 portanto designou-se que seria de responsabilidade primária do OWI as práticas de disseminação de propaganda, que visavam influenciar as audiências tanto doméstica quanto estrangeira, funcionando como uma ferramenta de guerra em maneiras consistentes com os pontos de vista da administração de Roosevelt. As histórias em quadrinhos que a princípio pareciam não ter muito a oferecer para esse tipo de operação, revelaram-se então poderosas aliadas: a campanha não-oficial porém de maior relevância e mais aclamada pelos leitores surgiria com o vigilante patriota Capitão América (GOODNOW e KIMBLE, 2017). A indústria dos *comics* se mobilizou junto ao resto do país quando os Estados Unidos entraram na Guerra em dezembro de 1941, atendendo ao chamado do OWI que emitiu diretrizes para os fornecedores de cultura popular, pedindo-lhes para “elevar a moral da América”. Aproveitando o sucesso de *Capitão América*, editores de quadrinhos rivais também aproveitaram para encher as bancas de jornais com seus próprios heróis, como o *Uncle Sam*, o *Star-Spangled Kid* e até mesmo *Miss América*, refletindo em suas histórias não apenas o background dos cidadãos como da mesma forma instigando neles o desejo de ser igual, o desejo de ser herói (MCNAMARA, 2015).

A realidade, como argumentam Dorfman e Mattelart (2002) é uma incessante interação dialética entre uma base material e uma superestrutura que a representa e a antecipa na cabeça das pessoas, sendo assim, os valores, as ideias, as atitudes e os comportamentos diários que as acompanham estão, portanto, articulados segundo a forma concreta pela qual os seres humanos se relacionam socialmente entre si, logo, desde o momento em que se inserem num sistema social determinado, convivem com a necessidade de fazer e ser consciência de sua materialidade. Pode-se concluir então que, em uma sociedade onde uma classe – podemos facilmente trabalhar com a noção de estado aqui também – é detentora dos meios de produzir vida, também é essa mesma classe a proprietária do modo de produzir ideias, sentimentos, e intuições.

Nesse sentido, ao proporem-se a analisar a indústria dos personagens dos quadrinhos e o efeito de suas narrativas, os autores defendem que o perigo proveniente dessas publicações

não é a propagação do “*american way of life*”, mas a ameaça existe, na verdade, porque representa o “*american dream of life*”, o modo como os Estados Unidos sonha a si mesmo, se redime e exige que os países dependentes representem sua própria realidade, para a sua própria salvação.

#### 4.3 CAPITÃO AMÉRICA: SENTINELA DA LIBERDADE OU IMPERIALISTA?

*Capitão América* surgiu poucos meses antes dos Estados Unidos entrarem de fato na Segunda Guerra Mundial, refletindo não apenas a vontade de seus criadores Jack Kirby e Joe Simon em combater a ideologia nazista como também os valores estadunidenses abraçados pelos cidadãos que experimentavam a onda de patriotismo que acompanhava a tensão dos tempos de guerra. Como Jason Dittmer (2005), especialista em geopolítica e cultura popular, explica:

A capacidade do Capitão América de se conectar aos projetos políticos do nacionalismo americano, ordem interna e política externa com a escala do indivíduo, ou do corpo ... [Ele] literalmente personifica a identidade americana, apresentando para os leitores um herói de, e para, a nação. Os leitores mais jovens podem até fantasiar sobre ser o Capitão América, conectando-se com a nação em sua imaginação. Sua caracterização como explicitamente um super-herói americano o estabelece como um representante da nação americana idealizada e como defensor do status quo americano.

O background de seus criadores deu forma à mensagem do herói: Jack Kirby, nascido e criado em um bairro periférico dos Estados Unidos era filho de imigrantes austríacos de descendência judia. Sua herança judia e seu amor pela pátria que o acolhera mais tarde o levariam a criar um personagem patriota que lutaria contra o maior anti-semite de todos, Adolf Hitler. Assim como Kirby, Joe Simon era também filho de um imigrante judeu que vivia no mesmo bairro, e após frequentar a universidade e trabalhar com arte para alguns jornais, o jovem conseguiu um trabalho na Fox Comics, onde aproximou-se de Jack e ambos se engajaram no projeto paralelo que daria vida ao Capitão. De acordo com os próprios artistas, o Capitão América foi criado para um momento que pedia por figuras nobres, pois embora os Estados Unidos ainda não estivessem participando ativamente da guerra, todos sabiam que era apenas

uma questão de tempo para que isso acontecesse, portanto, a “América” precisava de um superpatriota (MCNAMARA, 2015).

A característica patriótica do *Capitão América* é facilmente reconhecida: ao propor-se fazer interpretações sócio antropológicas do herói dos quadrinhos, Chagas (2008) nos apresenta uma boa análise do visual do personagem. Começando pela própria identidade adotada, Capitão América, a palavra *Capitão* sugere um posto de alta hierarquia no meio militar, enquanto a palavra *América* representa o país de origem do herói – e aquele que ele representa, os Estados Unidos. Seu uniforme azul, vermelho e branco é uma clara representação da bandeira da pátria, desenhado intencionalmente para evocar uma imediata conexão com os EUA, enquanto a escolha de sua arma, o escudo, traz a ideia de defesa: aquele que só ataca para se defender. Esse é um elemento muito importante de se observar pois corrobora com a narrativa estadunidense de que o país só entra nas guerras para defender a si mesmo, ou aos ideais democráticos que dizem representar. Por fim, as asas no seu capuz fazem referência ao chapéu alado do deus grego Hermes, o mensageiro e intérprete da vontade dos deuses, ou seja, todas as características do personagem foram pensadas para que ele incorporasse o mito nacional dos EUA: um país virtuoso, justo e dotado de nobres princípios, uma nação abençoada pelo privilégio divino e imbuída da missão de salvar o mundo corrompido pelo mal.

1- primeiro uniforme do Capitão América



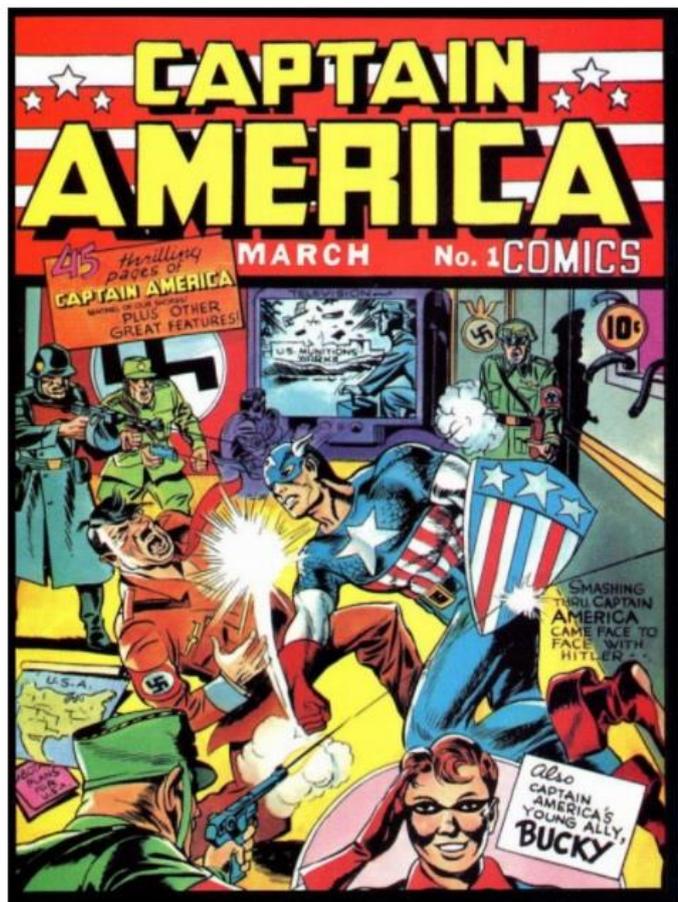
Fonte: Marvel Comic Books

### 4.3.1 1941-1942: primeira aparição e a ameaça nazista

Como já discutido, quando Joe Simon concebeu a ideia do *Capitão América*, pensou nele como um personagem de origem concisamente política. Assistindo aos oponentes de guerra se imporem e se organizarem, os autores pensaram em dar voz política aos seus ideias da forma com a qual eles sabiam trabalhar: os *comic books*. Dessa maneira, usaram o *Capitão* para travar uma batalha metafórica contra os nazistas, antecipando a real guerra que acreditavam ser inevitável (WRIGHT, 2003).

Na primeira revista *Captain America Comics*, publicada em março de 1941, a missão do herói e o caráter político da narrativa já são explicitados na capa. O *Capitão* aparece socando o próprio Hitler no queixo, munido apenas de seu escudo enquanto soldados nazistas atiram nele com armas de fogo por todos os lados. O ambiente parece ser um tipo de quartel general dos alemães, cujas grades da janela o herói quebrou com sua força sobre-humana na invasão. Na televisão ao fundo, a imagem é de uma indústria de munições estadunidenses explodindo, enquanto no chão vemos um mapa dos Estados Unidos e um papel com “planos de sabotagem” para o país.

2- Capa do primeiro volume de CAC



Fonte: Marvel Comic Books

Como já evidenciado na capa da revista, a primeira história mostra nazistas infiltrados em território estadunidense na tentativa de sabotar a indústria armamentista nacional. Para além disto, dois militares, ao se encontrarem com o personagem do Presidente Roosevelt reportam que o exército está cheio de espões, sendo portanto inútil. É então que com um comentário irônico o presidente pergunta “o que vocês tem a sugerir, cavalheiros? Um personagem saído das histórias em quadrinhos? Talvez contar com o Tocha Humana no exército resolveria nossos problemas!” revelando em seguida a solução promissora, parte de um plano arquitetado pelo diretor do FBI J. Arthur Grover: a criação de um supersoldado.

Os militares acompanham então o diretor à um laboratório secreto, onde se encontra o jovem Steve Rogers. Steve é apresentado como um jovem magro e fraco, cujo sonho de juntar-se às forças armadas para lutar por seu país foi frustrado ao ser dispensado da seleção de voluntários, por inaptidão física. Disposto a qualquer coisa para servir à sua pátria, Steve submete-se ao experimento do chamado “projeto supersoldado”, com um soro especial desenvolvido pelo cientista Dr. Reinstein, ganhando habilidades sobre-humanas e tornando-se

“o primeiro de um corpo de superagentes cujo as habilidades mentais e físicas os tornarão um terror para espões e sabotadores”. Acontece que ele seria o primeiro e o único, pois entre aqueles que presenciavam a transformação milagrosa havia um infiltrado de Hitler, que, abrindo fogo contra os “*dogs of democracy*” deu fim à vida do cientista e à fórmula secreta que apenas existia em sua mente. O Capitão nesse momento engaja-se numa luta contra os nazistas, derrotando-os facilmente, e a história termina com a satisfação de que, apesar do soro ter sido perdido, o país ganhara um herói.

Apesar de agir aparentemente como uma metáfora

### 3 - O surgimento do Capitão América

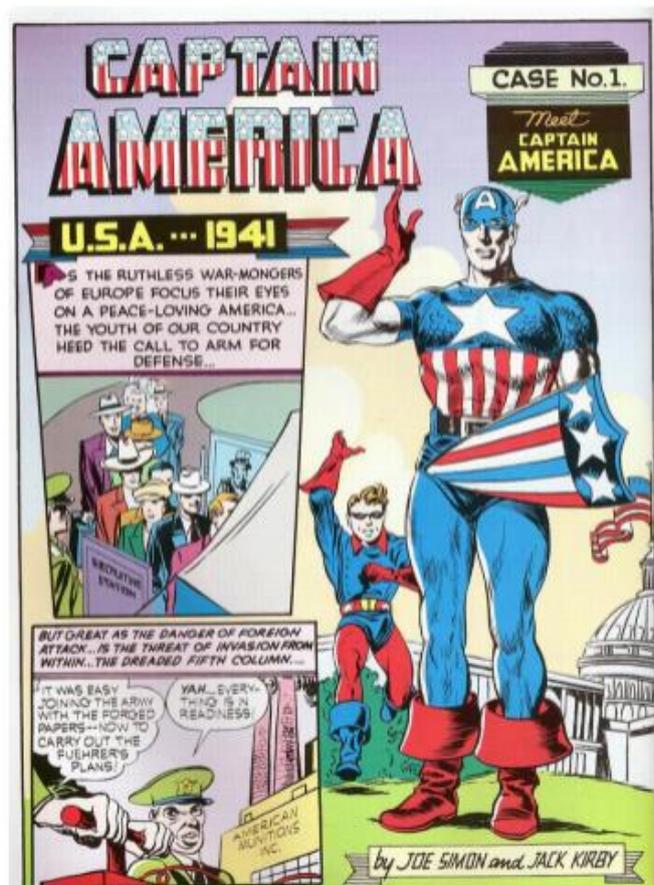


Fonte: Marvel Comic Books

dos ideais democráticos e libertários dos EUA - a transformação do jovem franzino num super-humano pode tanto representar a história do Estado soberano e sua jornada para deixar de ser colônia e tornar-se potência, quanto o próprio povo judeu que encontrando forças no país organizava-se para reagir à expansão nazista em defesa aos ideais da liberdade e democracia - Carencio (2011) nos chama a atenção de que o personagem, já em sua origem, também se mostra repleto de contradições, até mesmo se assemelhando ao inimigo que combate em determinados momentos. Rogers é um homem loiro, de olhos claros que torna-se um super soldado como resultado de um programa do governo, uma criação organizada pelo próprio presidente para a proteção do país na luta contra os nazistas - diferente de outros personagens da ficção como por exemplo o *Superman*, ele assemelha-se mais à um humano com capacidades superiores do que a um ser fantástico. Nesse contexto, o personagem pode aparentar ser uma versão estadunidense do discurso de Hitler sobre uma raça suprema em prol da nação.

Peitz (2013) argumenta que, desde sua revista de inauguração, *Capitão América* participa da construção do script geopolítico através da descrição do papel dos Estados Unidos no mundo, pois, já na primeira página da história de número 1, é exposto que “os cruéis traficantes de guerra da Europa” tinham seus olhos voltados para a “América amante da paz”, portanto os jovens do país atendiam o chamado para “armar para defesa” enquanto agentes estrangeiros realizam “uma onda de sabotagem e traição” contra os Estados Unidos. Nesse sentido, já podemos observar aqui (1) o sentimento de excepcionalismo e o caráter isolacionista dos EUA discutido por Pecequillo (2015) e Anderson (2015), ao mesmo tempo em que (2) reafirma seu papel messiânico de defensor da liberdade ao retratar seu país como o “amante da paz”, (3) reforça a ideia de que a “América” age na defensiva por natureza e (4) inspira os jovens a se alistarem ao exército para defender seu país, se necessário.

4 - Capa da primeira história do Capitão América



Fonte: Marvel Comic Books

Nas próximas três histórias que se seguem à criação do herói, a narrativa continua a mesma: os vilões, chamados de nazistas, espiões e sabotadores, inimigos da democracia e inimigos da liberdade continuam arquitetando planos para desestabilizar o país. *Capitão América* e seu então parceiro-mirim *Bucky* engajam-se na luta contra (1) um psíquico que supostamente previa ataques terroristas em solo estadunidense, (2) uma divisão espiã que, numa espécie de tabuleiro de xadrez da morte assassinava oficiais do exército dos EUA e outras figuras importantes de centros industriais, e (3) o temível Caveira Vermelha (líder nazista de sabotagens e ataques) e seus capangas, que além de perseguir e matar oficiais do exército estadunidense pretendiam saquear o Banco Nacional.

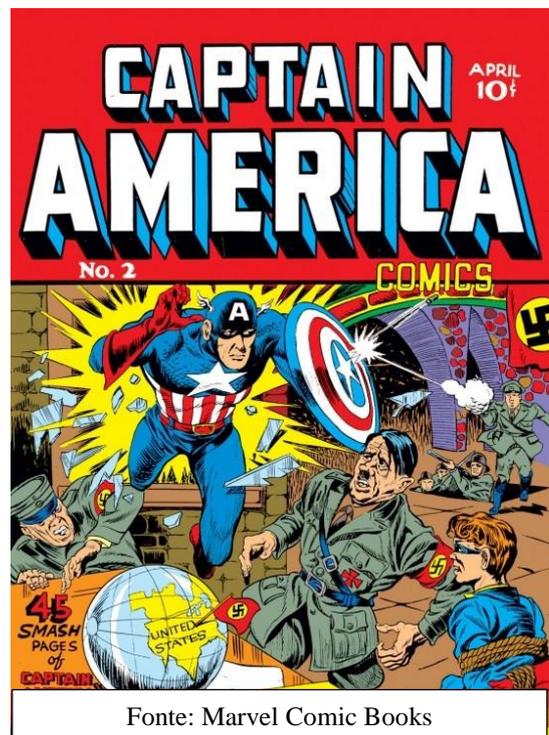
A revista número #2, publicada um mês depois da primeira edição, também utilizou da receita do sucesso de sua antecessora: mostra *Bucky* preso como refém na fortaleza nazista, enquanto *Capitão América* entra pela janela e é alvo de tiros disparados pelos soldados de Hitler, defendendo-se com seu escudo. O próprio fuhrer é novamente retratado e, juntamente das bandeiras do Partido Nazista espalhadas por todos os lados, deixa claro para os leitores quem é o inimigo e de que lado os EUA estavam na guerra europeia.

Sobre a mesa, um globo terrestre mostra a América do Norte e uma bandeira nazista fincada em território estadunidense, reforçando a ideia de que os nazistas tinham interesse em sabotar e infiltrar-se no país.

Cada revista de *Captain America Comics* é composta por três ou quatro histórias do herói patriota, e um pequeno conto de super-heróis como *Tocha Humana*, *Hurricane*, *Namor* entre outros. Embora a grande maioria das histórias do Capitão tenha como tema a Segunda Guerra Mundial e a representação dos EUA no combate às forças inimigas, algumas dessas histórias são apenas aventuras de combate ao crime generalizado, como a primeira e terceira narrativa da revista de número #2. Há ainda volumes em que nenhuma das histórias se relacionam à guerra, como as edições #8, #9, #12, #17, #23, #24, #25, #43, #46 e #48.

A segunda narrativa da revista #2, nomeada *Trapped in the Nazi Strong-hold* traz a história estampada na capa com uma mensagem ainda mais ideológica: na primeira página, o

5 - Capa do segundo volume de CAC



6 - Capa de Trapped in the Nazi stronghold



Fonte: Marvel Comic Books

*Capitão* e *Bucky* empurram Hitler para dentro de uma lixeira, o ridicularizando e estabelecendo a superioridade dos Estados Unidos frente ao líder alemão. Além disso, na lixeira está estampado *waste* ao invés de *trash*, configurando a ideia de que ele é um ser desnecessário, ou um desperdício.

O diálogo que se segue e dá início à história de fato, evidencia a intenção dos criadores em manipular a opinião política do público. Ao passo que o narrador alega a necessidade da união dos países democráticos em favor da Grã-Bretanha, pois o destino do mundo dependia da vitória dos Aliados, o senhor sentado próximo a ele – chamado Baldwin - se apresenta como alguém que acredita na democracia, e irá contribuir da forma que pode,

ou seja, financiamento de guerra. Nesse momento, *Bucky* exclama que “ele é um verdadeiro americano”, reforçando a ideia de que, aqueles que são verdadeiramente patriotas contribuem como podem para apoiar e participar nas decisões de seu país. Na sequência, é revelado que Hitler sequestra Baldwin e pretende enviar um homem disfarçado em seu lugar para quebrar o pacto com os ingleses, de forma a golpear as democracias (como bem observa Cerencio, 2011, os autores decidem manter o discurso na proposta de democracia, apesar da Grã-Bretanha não ser de fato uma). *Bucky* e o *Capitão* encontram o verdadeiro Baldwin preso em um campo de concentração na Alemanha, e após salvá-lo engajam-se no combate à soldados nazistas em tanques e aviões, numa representação de toda a Alemanha nazista. Hitler, que escondido em um armazém apenas dava ordens aos seus soldados é retratado como covarde, aquele que não tem a coragem nem a capacidade de enfrentar os EUA de frente.

Salvo as aventuras contra crimes generalizados, os principais antagonistas das histórias no primeiro ano da revista são os nazistas. Isso é compreensível se pensarmos nas diferenças ideológicas entre o nazismo alemão e o liberalismo estadunidense, pois, segundo Cerencio (2011) a ideologia nazista opressora de judeus era contrária aos ideais da democracia liberal dos EUA, portanto, Hitler e seus adeptos são considerados inimigos principalmente por desafiarem a ideologia que constitui a base da “nação americana”. Os editores empenharam-se na difusão de críticas ao avanço da onda nazista, tendo em vista que, cabe também aqui lembrar ocorreu um chamado do OWI à participação dos produtores de cultura popular na disseminação

de propaganda de guerra, seja para anunciar a necessidade de proteção do povo estadunidense em face dos sabotadores e espiões nazistas, seja para consolidar a narrativa que pintava o heroísmo altruísta do país.

Na terceira revista da série, o vilão Caveira Vermelha (já apresentado na revista 1) elabora diversos planos terroristas no território dos EUA e tenta roubar planos secretos do exército. Na edição seguinte, um grupo de sabotadores nazistas chamados de *Unholy Legion* assassinam as figuras nacionais mais proeminentes dos Estados Unidos: o presidente da fábrica de munições, oficiais de aeronave, e até detetives - os nazistas, disfarçados de mendigos cometem atrocidades e ainda recolhem dinheiro nas ruas para levar ao *Fuher*. Na revista de número 5, os nazistas atacam novamente figuras importantes dos EUA para instalar uma ditadura no país, e um grande submarino à serviço do Eixo captura navios de guerra estadunidenses na região do Havaí. Na sétima publicação, o *Caveira Vermelha* retorna com outra onda de assassinatos. Na revista de número 10 espiões nazistas planejam roubar uma nova arma desenvolvida pelos estadunidenses, enquanto no volume 11 uma divisão do exército dos EUA é substituída inteiramente por soldados nazistas infiltrados.

Os nazistas são sempre retratados nas histórias como os “inimigos da democracia”, “ditadores”, “ratos sujos”, e “inimigos da liberdade”, enquanto acusam com desdém os estadunidenses de serem “*democratic dogs*”, “defensores da democracia” ou “patriotas”. Estão

geralmente uniformizados quando não disfarçados para alguma sabotagem, são retratados como figuras

7 - Trecho de Captain America and the chess-board of death



Fonte: Marvel Comic Books

feias e o inglês é escrito de maneira diferente em seus balões, de forma a insinuar um sotaque alemão.

Ao analisar a “mitologização” da Segunda Guerra Mundial através dos *comic books* do *Capitão América*, Donelly (2015) percebe como a transformação de figuras reais da Segunda Guerra – tais como Adolf Hitler e os nazistas – em vilões dos quadrinhos contribuiu para que se criasse um mito sobre a guerra e seus participantes. “Mitologização”, segundo a autora, não

traduz somente a guerra quanto narrativa: uma narrativa se torna um mito quando a memória pública atribui moralidade à ela. Tendo isso em vista, observa-se que os leitores, em especial os leitores estadunidenses, não enxergam a Segunda Guerra tradicionalmente como uma guerra entre multinações dividida entre Aliados e o Eixo, mas a enxergam principalmente como um conflito moral entre os “caras bons” e os “caras ruins”. *Capitão América* é portanto um dos produtos culturais, mas não o único, a “mitologizar” a guerra, sendo um excelente exemplo de como os *comics* propositalmente nacionalistas são profusamente distribuídos, mirando principalmente os públicos infantil e jovem.

Além do teor patriótico e nacionalista das histórias, os editores empenham-se também nas propagandas. As revistas incentivam os leitores a tornarem-se membros dos “Sentinelas da

8 - Fã clube Sentinelas da Liberdade



Fonte: Marvel Comic Books

Liberdade”, um fã-clube organizado pela própria editora para que, assim como o herói, o público possa travar uma batalha contra os espões e inimigos dos Estados Unidos. Da mesma forma, entre as páginas é comum encontrarmos pedidos de cartas dos fãs dos quadrinhos a contar o que estão achando das histórias que, como aponta Cerencio (2011) é uma forma dos editores envolverem os leitores em uma posição política abertamente definida e reunir adeptos

através de um “simples” entretenimento. Peitz (2013) também avalia o potencial das cartas: para ela, apesar de não representar a sociedade como um todo, elas são bons exemplos das opiniões trazidas para a mesa. Através destas, cidadãos que não fazem parte da elite podem expressar seus pontos de vista e compartilhá-los com o mundo, visto que é mais fácil discutir o que um personagem dos quadrinhos – que representa os valores dos Estados Unidos – deve fazer, do que o país em si, havendo, portanto, um paralelo entre as narrativas de super-heróis e o mito da sociedade estadunidense.

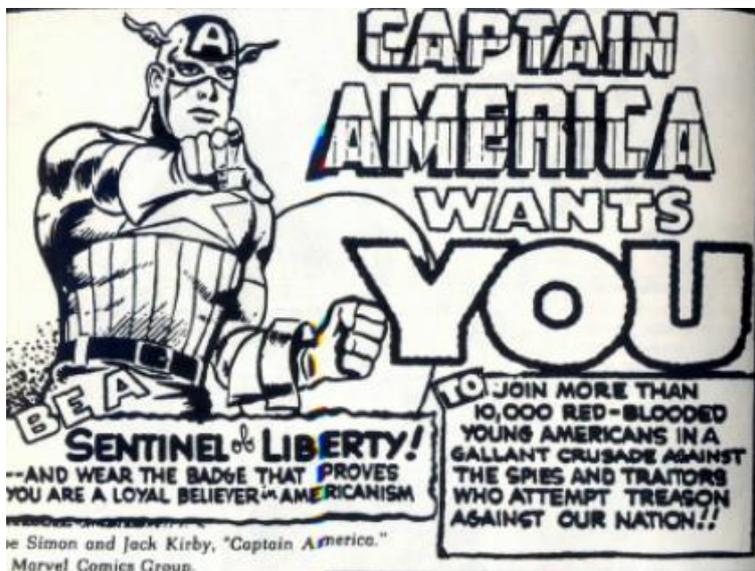
Ainda sobre o conteúdo propagandista, Clark (1997) afirma que:

"A propaganda em tempos de guerra visa fazer as pessoas se ajustarem à condições anormais e adaptarem suas prioridades e padrões morais para acomodar as necessidades da guerra. Para conseguir isso, os propagandistas frequentemente representaram a guerra usando códigos visuais convencionais

já estabelecidos na cultura de massa. Assim, cartazes de recrutamento muitas vezes são projetados para se parecerem com anúncios ou pôsteres de filmes " (p. 103).

Dessa forma, os quadrinhos do *Capitão América* agiam como um panfleto e havia público para ele: os soldados franzinos que se destinavam às trincheiras viam o herói como fonte de inspiração, e de certa forma também o viam como uma possibilidade de identificação. Não foi à toa que o governo dos Estados Unidos comprou toda uma tiragem dos *comics* e a distribuiu entre os soldados no campo de batalha (CHAGAS, 2008).

9 - Captain America wants you



Fonte: MOYA, 1977

10 - Uncle Sam



Fonte: Wikipédia

### 4.3.2 1942-1946: Pearl Harbor, os japoneses e a guerra contra o Eixo

Após os acontecimentos de Pearl Harbor em dezembro de 1941, o isolacionismo dos Estados Unidos justificado pela distância geográfica da arena de guerra veio ao fim, quando o presidente Roosevelt declarou estado de guerra entre os EUA e o Império do Japão. *Capitão América* aparece na capa da revista número #13 fazendo uma releitura da capa inaugural do primeiro volume: desta vez, o herói é mostrado dando um soco em um oficial japonês enquanto ao fundo, aviões militares do Japão bombardeiam a base naval estadunidense. Para justificar a apresentação do novo inimigo aos leitores, o *Capitão* exclama “vocês começaram isto, agora, nós vamos terminar” e no canto inferior esquerdo destaca-se um selo que diz “lembre-se de Pearl Harbor”. Nota-se também que após Pearl Harbor os japoneses nunca eram representados como humanos, mas como seres bestiais com caninos e garras (MOSER, 2009).

Na verdade, mesmo antes de dezembro de 1941 os asiáticos não eram desenhados de forma positiva nos quadrinhos, sendo sempre personagens que variavam entre vilões a meros incompetentes. Essa distinção em vista do cuidado com o qual os editores tiveram ao diferenciar os alemães dos nazistas ocorreu principalmente pela proximidade dos estadunidenses com as nações às quais estão combatendo, ou seja, a distância e a diferença cultural impactaram diretamente na intensidade da representação do patriotismo e reafirmação da identidade nacional (Cerencio, 2011).

Gutierrez (2019) por sua vez contribui para esta discussão ao debater uma relação entre a aparência dos japoneses nos *comic books* e o fenômeno da identificação do leitor com os personagens. Para ele, as figuras asiáticas são retratadas como inumanas e irrealistas pois, se o público não é capaz de associar-se àqueles soldados japoneses, então a probabilidade dele sentir empatia por eles é ainda menor. Por consequência, é também menos provável que os leitores desenvolvam empatia por japoneses na vida real, em virtude da ideia já criada em suas mentes, o que resulta numa sensação geral de indiferença.

11 - Capa do volume #13 de CAC



Fonte: Marvel Comic Books

Apesar da narrativa nos apresentar um novo inimigo, os nazistas não deixaram de aparecer nas páginas: com a entrada definitiva dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o herói passou então a enfrentar todo o Eixo. Os volumes publicados entre setembro de 1942 e abril de 1946 mostravam o Capitão em combate fora do território americano: a maior parte das histórias se passa no Japão, começando pela revista de número #18; Em *CAC #19* o herói vai à luta em Berlim; o volume #20 nos mostra um enredo na Índia. A Rússia também é palco de ação de *Cap* e *Bucky*, na revista #26 a dupla luta ao lado dos russos para impedir a invasão alemã no território, refletindo a aliança temporária firmada entre Estados Unidos e União Soviética durante o conflito. Não obstante, o herói vive aventuras e combate o mal em outros cenários do continente europeu e africano.

As propagandas de guerra também mudaram de tom com o envolvimento direto dos EUA no conflito. Na revista de número #15, publicada em junho de 1942, o público é convocado a contribuir de forma ativa com os esforços da nação: o anúncio sugere que os leitores deixem de comprar uma revistinha ao mês e doem o dinheiro que seria destinado a este fim para o “Fundo de Guerra do Capitão América”, com frases de efeito como a promessa de que o Capitão “irá compensar você centavo por centavo” ou que “sua moeda pode pagar pela bala que irá acabar com o último japonês!”, incentivando portanto aqueles que estão lendo o comic à lutar lado à lado com o Capitão América para a vitória.

12 - CAC #15, p. 34-35



Fonte: Marvel Comic Books

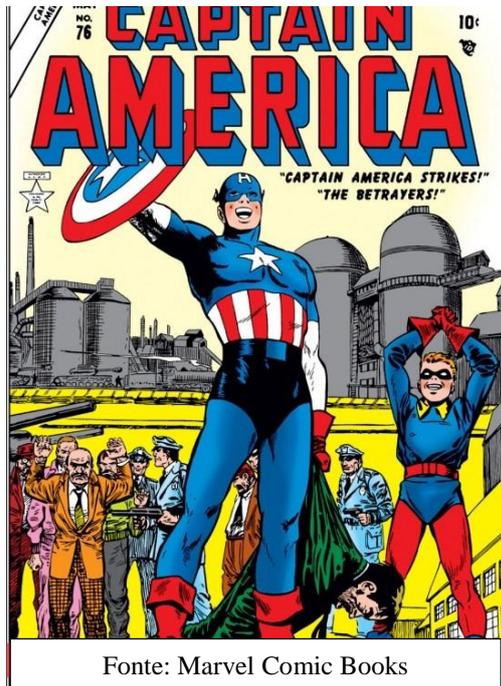
Quase todos os volumes publicados posteriormente contavam com uma propaganda mais sutil – mas também muito efetiva – a venda de selos, que de forma barata e acessível à grande parte da população, gerava valor monetário para os provimentos dos soldados. Tendo em vista a faixa-etária diversificada dos leitores dos quadrinhos e a fim de tornar o processo de colaboração compreensível para todos, Stan Lee (na época editor interino na *Timely Comics*, atual *Marvel Comics*) e Al Avison criaram em *Capitão América Comics #19* um conto de quatro páginas que explicava didaticamente a importância dos selos de guerra e como eles auxiliavam os soldados que lutavam no conflito (CERENCIO, 2011).

#### **4.3.3 1946-1954: o pós-guerra e a política de contenção à URSS**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a indústria dos quadrinhos sofreu um impacto significativo. Inúmeros heróis surgiram no contexto do conflito, entretendo os leitores na luta contra os inimigos da nação, logo, na metade da década de 1940 o mercado já estava saturado e o número de consumidores adultos também aumentara devido ao tom violento das narrativas, portanto, exigindo uma diversificação. As revistas do *Capitão América* publicadas no imediato pós-guerra esqueceram-se de seus inimigos tradicionais e optaram por colocar a dupla de heróis no combate ao crime generalizado, lutando com assassinos, assaltantes e ladrões, nada especialmente patriótico, não obtendo bons resultados nas vendas.

Com o fracasso das revistas publicadas após o término da Segunda Guerra Mundial, houve então uma tentativa de *reboot* do personagem: em 1953, o herói ganha um novo título *Captain America: Commie Smasher* (Capitão América: o Esmagador de Comunistas). O contexto da época era a Guerra Fria, que reacendeu o receio estadunidense do comunismo – deixado de lado durante o conflito armado. Portanto, ao procurar-se um inimigo que fosse tão perturbador quanto os nazistas do passado, decidiu-se fundamentar a narrativa na luta contra os vilões soviéticos. Entretanto, o público não se identificou com a narrativa conservadora das histórias, e a série foi descontinuada depois de apenas três revistas (CERENCIO, 2011; DONNELLY, 2015).

14 - Capa do volume #76 de CAC



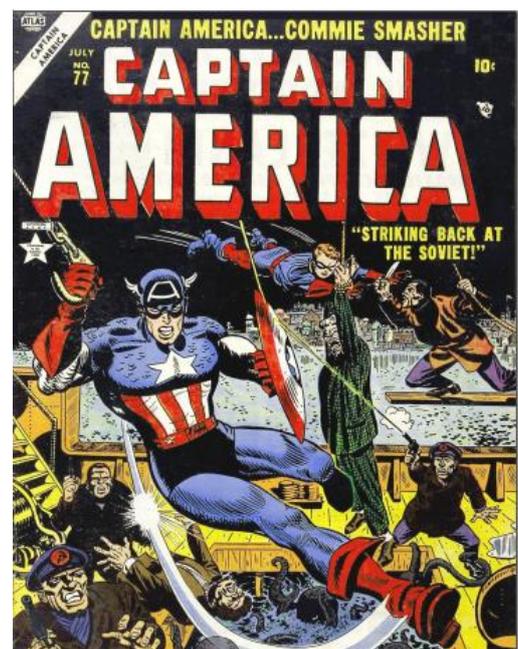
Fonte: Marvel Comic Books

Em 1954, o título *Commie Smasher* retorna, e a narrativa anti-comunista é incorporada à série CAC, na revista de número #76. *Capitão América* e seu parceiro *Bucky* retornam para lutar contra “a pior ameaça que as pessoas amantes da liberdade ao redor do mundo já encararam...os traidores”. A primeira história se inicia contando como os corajosos patriotas lutaram bravamente na Segunda Guerra, mas a paz iminente logo foi abalada pelo comunismo, que “espalhava seus tentáculos gananciosos e feios por todo o mundo”. A dupla de heróis então descobre que sabotadores soviéticos estão tentando roubar arquivos confidenciais dos Estados Unidos, e inicia-se uma guerra contra os espões. A segunda história, nomeada *Captain America Strikes* se passa “em um pequeno

país entre as terras atrás da cortina de ferro e o mundo livre” e faz-se menção direta à Guerra Fria travada entre os dois polos opostos: de um lado, espões e traidores, e do outro aqueles que são amigáveis e pacíficos. Os heróis impedem um atentado terrorista no país não identificado, que estava indeciso entre aliar-se aos estadunidenses ou aos comunistas. Na história número três, o *Capitão* e *Bucky* resgatam cidadãos estadunidenses presos na China, que eram forçados a repetir nos rádios que os comunistas são amigos e a “América” deveria abandonar a luta contra eles.

Na revista número #77 publicada em julho de 1954 a capa novamente ilustra os comunistas “inimigos da América”. Nesta edição, os criadores procuraram explorar – ainda mais – o sentimento patriótico do leitor, de forma à convencê-lo de que este deve estar acima de qualquer empecilho. O orgulho nacional dos personagens secundários são colocados à prova quando eles passam por adversidades arquitetadas pelos soviéticos, entretanto, o desfecho é sempre o de recusa à pressão de colaboração dos comunistas, independentemente das consequências. Na última revista da série,

13 - Capa do volume #77 de CAC



Fonte: Marvel Comic Books

publicada *Captain America Comics #78*, as narrativas já não são tão agressivas quanto as suas antecessoras, entretanto, segundo o próprio Stan Lee também não são muito agradáveis.

## 5 CONCLUSÃO

Observamos ao longo da série de publicações do *Captain America Comics* as características que a definem como um objeto de cultura de massa: produção em grande escala, benefício do baixo custo e padronização. Além disso, a presença de elementos imperialistas nas narrativas também é indiscutível: através de seus discursos, o *Capitão* reforça a ideia da desigualdade entre nações e a superioridade estadunidense – que é produto do mito nacional – seja ao representar seus inimigos como fracos, covardes ou indecorosos, ou pela exaltação de suas virtudes e as formas de propaganda de guerra escrachada.

A escolha deste tema como objeto de estudo se justifica, para mim, pela importância de estudarmos mais a fundo como se dá o fenômeno da manipulação em massa através de produtos culturais, e atentarmos para como os Estados podem utilizar esse artifício como estratégia de manutenção de poder, no mínimo, motivo de preocupação quando pensamos no que isso pode representar principalmente às camadas mais vulneráveis da sociedade, como jovens e crianças, em especial aquelas de países que ainda vivem sob a influência do colonialismo.

As crianças são a parcela mais impressionável da população, portanto, quando o Escritório de Informações de Guerra apostou na circulação de narrativas nacionalistas e patrióticas em um material de fácil literatura e valor acessível (na época da Segunda Guerra, os comics custavam 10 centavos) certamente visavam alcançar e persuadir este público a apoiar as políticas de guerra de seu país, inclusive com pedidos explícitos de financiamento que cabia no bolso de qualquer um, ou seja, da criança ao adulto, do civil ao soldado, todos podiam e eram encorajados a lutar ao lado dos EUA e do *Capitão América* na guerra contra os inimigos da democracia e da liberdade.

O sucesso de vendas das HQs do *Captain America Comics* no período da guerra demonstra a aceitação do público pela narrativa, não apenas o público nacional como também uma grande massa do público estrangeiro – como monitorado e avaliado pelo Escritório de Informações de Guerra. Desde sua primeira aparição em 1941, o *Capitão América* tornou-se um best-seller da Marvel, chegando a vender uma quantidade de 15 milhões de *comics* por mês nos anos de conflito.

Tendo isso em vista, acredito que este trabalho tenha cumprido o que se propôs a responder ao analisar a relação causal entre as revistas em quadrinhos do *Capitão América* publicadas durante a Segunda Guerra Mundial e a estruturação da ordem internacional do pós-guerra. Existem informações que nos permitem traçar um paralelo entre a narrativa vendida pela editora e a manipulação da opinião pública a respeito do papel dos EUA não apenas na

guerra como também no mundo. O exercício real da influência sobre o comportamento dos outros, característica imperialista, pode ser vista como tendo sido bem-sucedida ao considerarmos a ampla aceitação do público, refletida pela demanda popular e os enormes números de vendas. Os leitores, em sua maior parte crianças e jovens, foram expostos à um produto da indústria cultural que pregava a excepcionalidade e universalismo estadunidense, que era retratada tanto na característica defensiva do herói, quanto na forma nobre com a qual ele combatia espões e sabotadores ao redor de todo o globo. A publicidade presente nas revistinhas, por sua vez, incitava o consumismo, outro dos valores do capitalismo estadunidense.

Percebe-se assim que o tom nacionalista-imperialista dos volumes e a sugestão da superioridade bélica, intelectual e cultural dos EUA, aliado à acessibilidade e à capacidade de disseminação das formas de entretenimento em formato de *comic books* durante a guerra agiu como um catalisador para a formação da opinião pública sobre seu papel no mundo.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Boitempo Editorial, 2015.
- ANDERSON, Perry. Force and consent. **New Left Review**, v. 17, p. 5, 2002.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 674, 1998.
- CERENCIO, Priscilla Ferreira. **O escudo da América: o discurso patriótico na revista Captain America Comics (1941-1954)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CHAGAS, Luciana Zamprogne. Capitão América: interpretações sócio-antropológicas de um super-herói de histórias em quadrinhos. **Revista Sinais**, n. 03, 2008.
- COGGIOLA, Osvaldo. A segunda guerra mundial: causas, estrutura, consequências. **São Paulo. Livraria da Física**, 2015.
- COHEN, Benjamin. **A questão do imperialismo**. Economia política da dominação e dependência. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- COMPARATO, FÁBIO KONDER. A democratização dos meios de comunicação de massa. **Revista USP**, n. 48, p. 6-17, 2000.
- DONNELLY, Ella. A Hero for a Good War: Captain America and the Mythologization of World War Two. 2015.
- DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand; DE MOYA, Álvaro. **Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo**. 2002.
- FADUL, Anamaria. Indústria cultural e comunicação de massa. **Série Idéias**, n. 17, p. 53-59, 1994.
- Franklin D. Roosevelt, Third Inaugural Address. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, The American Presidency Project <https://www.presidency.ucsb.edu/node/210116>
- From John Adams to Thomas Jefferson, 15 November 1813. Founders Online, National Archives, <https://founders.archives.gov/documents/Adams/99-02-02-6198>.
- GALDIOLI, Andreza da Silva. A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a política de boa vizinhança. 2008.
- GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1,

pág. 155-177, junho de 2010. Disponível em  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292010000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100005&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 04 de setembro de 2020.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292010000100005>.

GOODNOW, Trischa; KIMBLE, James J. (Ed.). **The 10 Cent War: Comic Books, Propaganda, and World War II**. Univ. Press of Mississippi, 2017.

HAJDU, David. **The ten-cent plague: The great comic-book scare and how it changed America**. Farrar, Straus and Giroux, 2008.

HURRELL, Andrew. Pax Americana ou o império da insegurança?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 30-54, 2005.

DITTMER, Jason. Captain America's empire: Reflections on identity, popular culture, and post-9/11 geopolitics. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 95, n. 3, p. 626-643, 2005.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Kissinger, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KROENIG, Matthew; MCADAM, Melissa; WEBER, Steven. Taking soft power seriously. **Comparative Strategy**, v. 29, n. 5, p. 412-431, 2010.

MARINHO, Pedro Lopes. O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: uma interpretação a partir do conceito de hegemonia mundial. In: **Congresso Brasileiro de Economistas**. 2007.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, 2016.

MCNAMARA, Carolyn. "Sentinel of Liberty": Captain America on the Home Front in WWII. **Undergraduate Research Journal**, p. 19, 2015.

MILFORD, Mike. Veiled Intervention: Anti-Semitism, Allegory, and Captain America. **Rhetoric & Public Affairs**, v. 20, n. 4, p. 605-634, 2017.

MOYA, Alvaro et al. Shazam. **Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva**, 1977.

MOYA, Álvaro. História da história em quadrinhos. **São Paulo: Brasiliense**, 1993.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. **O século sombrio: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 239-259, 2004.

NYE JR, Joseph S. Public diplomacy and soft power. **The annals of the American academy of political and social science**, v. 616, n. 1, p. 94-109, 2008.

PECEQUILO, Cristina. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Elsevier Brasil, 2013.

PEITZ, William. *Captain America: The epitome of American values and identity*. 2013.

PEREIRA, Carlos Eduardo Boaretto. **Capitão América: as relações sócio-econômicas na Segunda Guerra Mundial - março/abril de 1941**. IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. 2010. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_iv\\_GT2.html](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_iv_GT2.html)>. Acesso em: 06 de set de 2020

RAHDE, Maria Beatriz. Origens e evolução da história em quadrinhos. **Revista Famecos**, v. 3, n. 5, p. 103-106, 1996.

REYNOLDS, Richard. **Super heroes: A modern mythology**. Univ. Press of Mississippi, 1994.

ROBERTS, Geoffrey. Moscow and the Marshall plan: Politics, ideology and the onset of the cold war, 1947. **Europe-Asia Studies**, v. 46, n. 8, p. 1371-1386, 1994.

ROOSEVELT, Franklin D. Speech by Franklin D. Roosevelt. New York Transcript. 1941b. Disponível em: <<https://www.loc.gov/item/afccal000483/>>. Acesso em: 06 set. 2020

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. **Hegemonias e emancipações no século XXI**, p. 15, 2005.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**, v. 1, n. 09, p. 24-47, 2010.

SOUZA, Jessé et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

STEPHANSON, Anders. **Manifest destiny: American expansion and the empire of right**. Hill and Wang, 1996.

VASCONCELLOS, Carlos-Magno Esteves; DE SOUZA MANSANI, Roberta. As conferências internacionais de Yalta e Potsdam e sua contribuição à construção da hegemonia econômica internacional norte americana no capitalismo do pós 2ª Guerra Mundial. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 2, n. 16, p. 41-55, 2013.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 5-17, 1997.

WERNER, Alice Helga; COMBAT, Flávio Alves. História “viva” e história “objetivada”: George F. Kennan e o Plano Marshall. **História Social**, n. 13, p. 173-191, 2007.

WRIGHT, Bradford W. **Comic book nation: The transformation of youth culture in America**. JHU Press, 2003.